



## RELAÇÕES DE GÊNERO, TRANSEXUALIDADE E EDUCAÇÃO: LEITURA CRÍTICA DE DISCURSOS DE ÓDIO EM REDES SOCIAIS

Elisângela Bertolotti\*  
Ana Paula Teixeira Porto\*\*

**RESUMO:** *O ato de ler é compreendido enquanto meio de acesso às possibilidades interpretativas, tendo em vista o mundo coercivo. As temáticas e discussões que são propostas pelos textos, permitem que os indivíduos leitores questionem e reflitam sobre assuntos de teor social (ISER, 1996). Logo, com a popularização da internet, tem diversificado o modo como as pessoas interagem e interpretam os objetos de leitura, não percebendo em alguns a manifestação discursos odiosos, que requerem atenção. Considerando esse contexto, este texto tem a intenção de discutir sobre o preconceito e a discriminação quanto a relações de gênero em posts de redes sociais, nos quais há enfoque sobre transexualidade; a partir desse recorte, busca-se, identificar o potencial da leitura crítica de discursos de ódio como meio de formação humana cidadã. As formas de preconceito social podem ser compreendidas, conforme abordado na seção anterior, como um mecanismo que controla os grupos socialmente constituídos, em que as atitudes violentas e de constrangimento são impostas no coletivo e causam efeitos estigmatizadores. (BUTLER, 1990). Por fim, salienta-se que a interpretação e construção de inferências a partir de discursos de ódio publicados na internet é um meio de contribuir para o potencial leitor dos sujeitos e, além disso, propiciar que haja o pleno exercício do letramento.*

**PALAVRAS-CHAVE:** *Discurso de ódio. Transexualidade. Educação.*

**ABSTRACT:** *The act of reading is understood as a means of accessing interpretive possibilities, bearing in mind the coercive world. The themes and discussions proposed by the texts allow readers to question and reflect on social issues (ISER, 1996). Soon, with the popularization of the internet, the way in which people interact and interpret the reading objects has diversified, not noticing in some the manifestation of hateful speeches, which they answered. Considering this context, this text intends to discuss prejudice and distinction regarding gender relations in posts on social networks, in which there is an approach to transsexuality; from this perspective, we seek to identify the potential of the critical reading of hate speech as a means of forming human citizens. Forms of social prejudice can be understood, as understood in the previous section, as a mechanism that controls socially constituted groups, in which violent and embarrassing attitudes are imposed on the collective and cause stigmatizing effects. (BUTLER, 1990). Finally, it should be noted that the interpretation and construction of inferences based on hate speech published on the internet is a means of contributing to the subjects' potential readership and, in addition, providing for the full exercise of literacy.*

**KEYWORDS:** *Hate speech. Transsexuality. Education.*

### CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A leitura é parte essencial na formação humana, tendo em vista ser potencializadora na atividade de ampliação dos conhecimentos sobre o mundo e sobre o homem e fortalece as concepções e possíveis ações sobre assuntos de teor social que exigem uma leitura crítica e reflexiva. Além disso, é indispensável para a aprendizagem do ser humano e

responsável por despertar nos sujeitos inquietudes que ressoam em novas possibilidades leitoras.

O ato de ler é compreendido enquanto meio de acesso às possibilidades interpretativas, tendo em vista o mundo coercivo. O leitor e produtor de textos, diante dessas colocações, torna-se responsável por atribuir significados mediante os textos que lê. Seu contato, visto como peculiar e importante para sua constituição intelectual e humana, com as linguagens, é concretizado mediante a maneira como ele reage diante das palavras, dos contextos e das problematizações realizadas.

As temáticas e discussões que são propostas pelos textos, permitem que os indivíduos leitores questionem e reflitam sobre assuntos de teor social que são discutidos no seu cotidiano, com o uso de diferentes linguagens (ISER, 1996). Assim, por intermédio da leitura, de textos que tenham como assunto central questões polêmicas e que necessitem de posicionamentos reflexivos, lacunas, associadas a percepções estereotipadas da sociedade, podem ser compreendidas e motivar diálogos fecundos que objetivam ampliar a leitura de temas relevantes.

Com a popularização da internet tem diversificado o modo como as pessoas interagem e interpretam os objetos de leitura. Na rede, elas constituem relações, opinam, reivindicam, pesquisam, disseminam, apreendem novas informações e, até mesmo, mobilizam-se coletivamente em prol de questões sociais. Dessa forma, a internet, ao ser vista como uma estrutura não-linear, flexível e dinâmica, favorece o entrelaçamento dessas atividades, o que faz com que as pessoas ampliem seus horizontes e dinamizem ainda mais o compartilhamento de ideias, permitindo que suas convicções ganhem espaço no momento em que se relacionam com outras pessoas.

O uso das redes, dessa forma, influencia diretamente na difusão da complexidade da esfera comunicativa e na movimentação social baseada na necessidade de relações sociais on-line. O que salienta, também, que os usuários, ao interagirem, apresentam suas opiniões e ideias sobre determinado assunto, construindo bolhas sociais. Exemplo dessa abordagem, são os discursos de ódio com as pessoas trans, que são vistos como meios de concretização de ações violentas através da linguagem e disseminados nas redes sociais, difundindo o preconceito a intolerância humana.

A comunicação, assim como o espaço, o tempo e seus complementos são únicos em cada cultura. Atualmente a cultura da internet é lida e interpretada por diversos pesquisadores, já que “cada episódio na história da comunicação é marcado pela utilização de novas formas de comunicação, que transformam a sociedade e constituem um novo tipo de comunicação” (CLOUTIER, 1975). A interatividade online é popularizada e moldada à medida que novos transistores, microprocessadores e novos meios de comunicação de massa são criados, assim como seus usuários, que necessitam atualiza-se para dar continuidade a comunicação.

Nesse sentido, a constituição dos sujeitos aprimora-se a partir de contextos que surgem e que, à medida que dão sentido às necessidades humanas, são utilizados no cotidiano. Com a ampliação das possibilidades interativas, ocasionadas pelas redes, essa reconfiguração se expande, a cada dia mais, flexibiliza o pensar humano e as estratégias de relação e publicização de ideias. Dessa forma, este texto tem a intenção de discutir sobre o preconceito e a discriminação em relações de gênero a partir da observação a posts de redes sociais que tematizam questões sobre transexualidade. Busca-se, a partir desse recorte, identificar o potencial da leitura crítica de discursos de ódio como meio de formação humana cidadã. Nesse sentido, procura-se salientar a importância de processos educativos, centrados em letramentos, como meio para reconhecimento de particularidades de discursos de ódio nas redes sociais e mecanismos de seu controle.

Para desenvolvimento desse enfoque, contemplado a partir de pesquisa bibliográfica, que auxiliará na ampliação dos conhecimentos em torno do tema e permitirá que novas reflexões sejam efetivas. Dessa forma, para Fonseca (2002), tal pesquisa é realizada “[...] a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites.” Assim, através desse método, é possível compreender os textos já publicados sobre o tema em leitura e construir novos “levantamentos, seleções de informações relacionadas à pesquisa (AMARAL, 2007, p. 1).

Para melhor organização de tais informações e intencionalidades, abordar-se-ão as seguintes seções: relações de gênero: transexualidade; discursos de ódio nas redes sociais; a formação leitura e humana, seguido das considerações finais. Com base nisso, utilizar-se-ão os pressupostos teóricos dos autores: Iser (1996). Cloutier (1975), Prado; Machado (2008), Gachet (2007), Foucault (1988), Antra (2020), Brugger (2007), Santos (2014), Bhabha (1998), entre outros.

## 1. RELAÇÕES DE GÊNERO E PRECONCEITO: TRANSEXUALIDADE

As formas de preconceito social podem ser compreendidas, conforme abordado na seção anterior, como um mecanismo que controla os grupos socialmente constituídos. Esse método de controle é identificado, dessa forma, como a legitimação da inferiorização social, que se consolida, em algumas situações, com manifestações de violência física e/ou psíquica. A inferiorização e a desigualdade social, nesse viés, são elementos que se complementam, tendo em vista a complexidade de ambas e a sua “naturalização” social, o que propõe um funcionamento eficaz, em termos de proliferação do preconceito, no âmbito social.

Essa complexidade, identificada nos mecanismos que permitem a verificação do preconceito na sociedade, acentua a desigualdade social e, conseqüentemente, reitera estereótipos e ideologias tradicionais. A inferiorização social, na perspectiva do

preconceito e das suas manifestações, expõe uns dos resultados dessa dinamização “natural” do preconceito, a hierarquização dos grupos sociais. Logo, essa posição, socialmente determinada, faz com o que preconceito “atue ocultando razões que justificam determinadas formas de inferiorizações históricas, naturalizadas por seus mecanismos. Em outras palavras, o preconceito impede de identificar os limites da própria percepção da realidade” (PRADO; MACHADO, 2008, p. 68).

Se o preconceito se utiliza desta complicada artimanha [fatores sociais], possivelmente é menos pelas suas próprias características do que pelo seu poder de preservação da naturalidade de algumas hierarquias entre grupos e indivíduos, isto é, sua função é a de não permitir que a discriminação e a inferiorização sejam interpretadas como mecanismos da injustiça entre diferentes posições identitárias, mantendo, assim — e aí está o seu conservadorismo —, uma relação de opressão invisibilizada como naturalização das relações de subordinação social (PRADO; MACHADO, 2008, p. 70).

Entende-se, com base nessas colocações, que dominação social exercida pelo preconceito atua de forma que, ao embasar-se em um conjunto de valores e práticas sociais heteronormativas, interpela, singular e silenciosamente, um campo normativo que exerce controle sobre as manifestações e relações humanas. Logo, quando se trata de invisibilidade, esta remete a formas de segregação social que podem aparecer de forma sistemática e/ou simbólica, tendo em vista serem identificadas em virtude de alguém que não respeita os demais socialmente.

A invisibilidade, assim, é um atributo direcionado às pessoas que não são visíveis perante os outros, isto é, sujeitos que são desconhecidos, enquanto minorias, pelos outros grupos que são/estão, socialmente, com maior visibilidade e poder. Em sua maioria, esses grupos sociais, ao pensar no preconceito que sofrem as minorias, como a de transexuais e travestis, são compostos por sujeitos que seguem o padrão heterossexual conservador ou reacionário.

Nesse escopo, a invisibilidade é uma forma de desaparecimento do homem dentre os demais. É também percebida enquanto conjunto de dois fenômenos psicossociais que têm papel essencial na sociedade capitalista: “humilhação social e reificação” (COSTA, 2008, p. 15). Dessa forma, compreende-se que a invisibilidade social está ligada a fatores econômicos, sociais e culturais, que asseveram a sua intencionalidade. Diante disso, a invisibilidade é identificada, principalmente, em sujeitos que não pertencem, mesmo que momentaneamente, ao mercado de trabalho, tais como: crianças, adolescentes, transexuais, travestis, homossexuais, etc.

Assim, esse preconceito, que é especificado por proliferar a invisibilidade, expande tudo que destoa da normatização, o que reflete na formação e nos posicionamentos desumanos vistos em alguns casos. Por vezes, essas práticas de desrespeito e

desumanização são realizadas por sujeitos culturalmente “cegos”, que, mesmo transitando entre outras pessoas, ignoram as aptidões positivas do outro e a sua capacidade de proatividade social. Para essas atitudes, são utilizados, como justificativa, comportamentos sociais tradicionais e preconceituosos que acentuam a invisibilidade.

As pessoas são constantemente influenciadas pelo meio social em que vivem, seus comportamentos são instalados e podem ser repetidos graças às contingências em que o indivíduo ou grupo social está exposto, e esse indivíduo e/ou grupo social podem interagir com seu meio social. Não há um único fator determinante, mas diversas práticas culturais, em sua maioria, ligadas a fatores econômicos: “não compensa olhar para os invisíveis.” Interessante frisar, que os indivíduos são invisíveis, mas o grupo ao qual pertencem constitui nicho mercadológico em potencial como, por exemplo, a “indústria da seca” no nordeste brasileiro e a “indústria da violência” nos grandes centros urbanos (GACHET, 2007, [s.p]).

Portanto, tudo que está fora do padrão das classes hierarquicamente superiores é considerado como motivo de invisibilidade, exclusão social. Logo, a invisibilidade é identificada como o resultado de um processo de estigmatização social que está presente cotidianamente na vida das pessoas com classes inferiores a normatividade. Assim, entende-se que, atualmente, grande parte dos indivíduos deixa passar despercebido o desrespeito e a falta de humanização com as minorias sociais que são tornadas invisíveis.

Nessa perspectiva, no que tange à transexualidade, a expansão do preconceito e das maneiras de sua propagação contribuem para a invisibilidade de distintas identidades sexuais. Essas práticas garantem a inferioridade desses sujeitos e dos seus direitos sociais, aspecto que reitera atitudes negativas, como a transfobia. A exposição concreta do preconceito, nesse sentido, advém de diversos fatores que contribuem para essa hierarquia sexual. Em sua maioria, esses itens são baseados em pressupostos religiosos, morais, culturais, etc.

Nesse sentido, as atitudes violentas e de constrangimento são impostas no coletivo e causam efeitos estigmatizadores. (BUTLER, 1990). Nessa perspectiva, ao identificar o modo negativo como esses sujeitos são caracterizados, compreende-se as causas que levam alguns dos LGBTQI+ a atitudes extremas, como o homicídio, isolamento, etc. Nesse viés, vê-se que a sexualidade ainda é assimilada a algo pecaminoso ou nocivo e que, por isso, permite que essas atitudes de violência física e/ou psíquica ainda sejam visualizadas na contemporaneidade, com o intuito de reiterarem discursos preconceituosos e intencionistas de atrocidades cometidas por pessoas transfóbicas (FOUCAULT, 1988).

Denominar o sexo seria, a partir desse momento, mais difícil e custoso. Como se, para dominá-lo no plano real, tivesse sido necessário, primeiro, reduzi-lo

ao nível da linguagem, controlar sua livre circulação no discurso, bani-lo das coisas ditas e extinguir as palavras que o tornam presente de maneira demasiado sensível. Dir-se-ia mesmo que essas interdições temiam chamá-lo pelo nome. Sem mesmo ter que dizê-lo, o pudor moderno obteria que não se falasse dele, exclusivamente por intermédio de proibições que se completam mutuamente: mutismos que, de tanto calar-se, impõe o silêncio. Censura (FOUCAULT, 1988, p. 21).

Esse silenciamento exposto por Foucault (1988) é exemplificado pelo modo como os indivíduos trans são excluídos. Esses sujeitos são considerados, pela parte heteronormativa tradicional da sociedade, como anormais, desviantes da moral e dos bons costumes, isto é, são rotulados enquanto sujeitos “excêntricos”. Por essa razão, fazem parte uma parcela da população que está em vulnerabilidade, devido ao preconceito estabelecido, o que reitera os processos de exclusão e invisibilidade desses indivíduos.

Tratando dessas configurações da transfobia, Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA)<sup>1</sup> (2017), ao observar a negligência do Estado em divulgar dados estatísticos sobre a transfobia, decidiu publicar dossiês anuais com dados e informações. A atividade é realizada desde 2017. De acordo Bruna Benevides, Secretária de Articulação Política da ANTRA e autora do Mapa de relatório dos Assassinatos de Travestis e Transexuais Brasileiras (2019, p. 8), as mortes são sempre de modo muito violento, “o assassinato por tiros encabeça a lista de mortes, mas não são um ou dois tiros, é uma execução. Há casos em torno de 20, 30 tiros, como se o assassino quisesse matar também a alma da vítima. Expurgar de vez a existência Trans.” Além disso,

As formas de matar a população trans variam. Abaixo de 2% correram assassinatos por apedrejamento (1,7%), atropelamento (1,7%), estrangulamento (1,7%), pauladas (1,7%), queimação (0,9%) e asfixia (0,9%). Os demais casos (1,7%) não apresentam informações. Foram verificados que 51,3% dos assassinatos foram resultantes de tiros, 18,3% de facadas, 12,2% de espancamentos, sendo que em 7,8% dos assassinatos há mais do que uma forma empregada para matar, envolvendo requintes de crueldade, tortura e espetacularização do suplício das vítimas (SILVA, et al., 2019, p. 45).

Em 2021, em média 140 pessoas trans foram assassinadas. Esse número é dividido entre 135 travestis e mulheres transsexuais e cinco homens trans e pessoas transmasculinas. Em relação ao ano de 2020, o número reduziu em 35 assassinados. A estatísticas da brutalidade contra as pessoas trans só entre os anos de 2017 e 2021, foi de 781 pessoas trans mortas. A idade média das vítimas é de 29,3 anos de idade. Além disso, em 2021, 81% eram travestis ou mulheres trans pretas ou pardas (ANTRA, 2020).

---

<sup>1</sup> Segundo Benevides e Simpson (2017, p. 2) “A Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) é uma rede que articula em todo o Brasil mais de 200 instituições, a fim de desenvolverem ações para a promoção de direitos o resgate da cidadania da população de Travestis e Transexuais.”

Além disso, o Brasil lidera o ranking mundial de assassinatos de transexuais. A cada 10 assassinatos de pessoas trans no mundo, quatro ocorreram no Brasil. De acordo com o relatório do Trans Murder Monitoring (TMM, 2020) “do total de 4.042 assassinatos catalogados pela TGEU, 1.549 foram no Brasil. Ou seja, sozinho, o país acumula 38,2% de todas as mortes de pessoas trans do mundo”. Atrás do Brasil no ranking de países que mais matam pessoas trans no planeta, estão México e EUA. Em relação aos estados brasileiros que mais tiveram mortes, estão: São Paulo, Bahia e Rio de Janeiro. Roraima e Tocantins não registraram assassinatos.

Destaca-se, ainda, que o TGEU identificou que, entre os motivos que levam à agressão, “estão grandes níveis de violência no contexto histórico (colonialismo, escravidão, ditaduras), alta vulnerabilidade de transexuais na prostituição e a falha do Estado em prevenir e investigar esses crimes.” (CUNHA, s.d). Logo, esse excerto, somado à porcentagem de notificações de agressão/assassinato que foram arquivados e atitudes violentas das pessoas, reflete a carência de diálogos sobre essa temática e, sobretudo, a importância que discussões que abranjam esses dados têm na formação de sujeitos que desconhecem, por vezes, os direitos, os deveres e as necessidades dos demais.

De acordo com Touraine (1996, p. 248), “na América Latina, não haverá democracia ou desenvolvimento sem uma luta ativa contra as desigualdades que crescem a cada dia”. A violência brutal desses assassinatos faz com que esses sujeitos sejam estigmatizados e excluídos do convívio social. Isso ocorre, pois são populações historicamente vítimas de estereótipos que geram discriminações sociais e os tornam alvos de agressividade e desrespeito. As pessoas cisgêneros e heterossexuais, nesse sentido, baseiam-se em estereótipos sociais e, conseqüentemente, tornam-se pessoas transfóbicas, homofóbicas, etc, permitindo que a sociedade regreda em termos de condições de igualdade e de prática da alteridade, parte elementar da formação cidadã.

Os números apontados nessa pesquisa reiteram como a violência e o preconceito são manifestados contra as pessoas LGBTQI+, apontando que a invisibilidades e a exclusão desses sujeitos se inicia pelos indivíduos que compõem o âmbito familiar. Nesse sentido, observa-se que a luta das pessoas trans, para se tornarem sujeitos ativos e reconhecidos na sociedade, é uma forma de resistência necessária para a compreensão da diversidade que constitui a sociedade. Alcançar a liberdade, nesse viés, é uma forma de valorizar e desconstruir padrões heteronormativos que são normatizados socialmente.

## 2 DISCURSOS DE ÓDIO NAS REDES

O discurso de ódio representa um modo de comunicação realizado nos diversos setores humanos, sobretudo, nos campos digitais, tendo em vista a leitura realizada no artigo anterior, que aponta sobre redes e mídias sociais e sua relação com a cibercultura. Dessa forma, o discurso de ódio pode ser lido em um intervalo complexo dos limites da liberdade de expressão e da dignidade humana. Além disso, é compreendido como uma

violência que vai além do corpo, do físico, e se constitui como uma violência simbólica (WIEVIORKA, 2007). Conforme Brugger (2007, p. 118) o conceito do termo pode ser caracterizado:

como uma atitude de ódio sistemático e de agressividade irracional com relação à maneira de ser, ao estilo de vida, às crenças e às convicções de um indivíduo ou grupo de indivíduos. É manifestado por meio da discriminação de caráter religioso, nacional, racial, sexual, ético e de classe, reconhecido em discursos nazistas, racistas, xenofóbicos, homofóbicos e misóginos. Além disso, tem como elemento nuclear, para a sua identificação, a concepção de incitação à discriminação.

Ademais, o termo tem origem na língua inglesa com o vocábulo *hate speech*, que salienta atitudes de intolerância, ódio e violência contra outros sujeitos e situações sociais. O autor apresenta o conceito de discurso de ódio em dois eixos: insulto e instigação. O insulto refere-se diretamente à vítima do discurso: representa a falta de respeito direcionada aos sujeitos que participam de determinado grupo, ou seja, o preconceito e o discurso não são elaborados somente para uma pessoa, mas sim para o grupo em que tal se insere. Segundo Silva et al. (2011, p. 447), quando há um preconceito direcionado a um sujeito, todos os demais que compartilham das mesmas crenças e peculiaridades sentem-se parte da violação. Com isso, cria-se a denominada vitimização difusa: que não se detém a denominar ou distinguir a vítima, mas sim verificar o grupo social.

Quanto ao segundo eixo, a instigação está relacionada aos demais leitores das manifestações discursivas negativas. São usuários que não se identificam com as vítimas e compartilham de determinado (pré) conceito discriminatório que amplia a abrangência de tais discursos. O emissor do discurso apropria-se de certa persuasão e utiliza-se de elementos que incitam a criação de estereótipos. Pode-se compreender, diante dessas colocações, como a falta de reconhecimento facilita o processo de disseminação de opiniões e a adesão. Entre as principais características do *hate speech* estão: anonimato, alcance, invisibilidade, comunidade e instantaneidade.

Nesse sentido, com a popularização da internet e de suas inúmeras funções – informação, interação, criticidade, compartilhamento de dados e opiniões, etc. –, há uma facilidade em compartilhar esses discursos de ódio que, quando conectados aos filtros geracionais, que são reconfigurados pelos algoritmos, geram amplitude e rápida disseminação. Esses formatos trouxeram e potencializaram novos “fenômenos alienadores” conhecidos como “bolhas sociais”, que são caracterizadas enquanto um local de produção de percepções sobre determinado assunto, principalmente, aqueles que destoam do “novo” e contestam atributos de padronização. Algumas bolhas, “comprometem a saúde social, individual e coletiva, que devem ser combatidas por meio da educação, do pensamento crítico e da ética (GABRIEL, 2009, p. 125).”



Afirma-se que a tecnologia é o fator que delimita a estreita fronteira entre a vida real online da presencial. Com o frequente uso das redes, nota-se que os recursos disponibilizados pela esfera digital constituem novas possibilidades de desenvolvimento da práxis humana, como, por exemplo: os contatos físicos, embora não suprimidos, foram substituídos por vídeochamadas e outras ferramentas de diálogo; as aulas foram adaptadas, em sua maioria, no atual contexto pandêmico, para o ensino remoto; as atividades de interação social, com os novos aplicativos, favorecem o desenvolvimento de novas habilidades comunicativas – vídeos, podcasts, fotos, stories, etc; a violência física contra travestis e transexuais é exposta e reiterada mediante discursos de ódio com mais facilidade.

Desse modo, a necessidade de tornar público tudo aquilo que se pensa, pode ser interpretada e justificada como uma forma de “evasão da vida real” ou da inexistência de filtros e de consequências daquilo que é postado nas redes sociais. O novo caminho mostrado pelas tecnologias traz consigo uma não delimitação de opiniões e contextos, o que facilita que essa “fuga” da realidade seja depositada nas redes, através de posts, sobre quaisquer assuntos, sem que haja determinada preocupação com respostas ou julgamentos alheio. Um novo mundo em que a liberdade da vida real é compartilhada nas telas, mediante exposição de tudo aquilo que se considera correto dentro de determinadas “bolhas sociais”. Assim,

as redes sociais se apresentam como um novo mundo que nos permite tornar público coisas que não ousaríamos dizer face a face. Estudar as formas de expressão através de imagens e frases feitas, bem como comentários e páginas relacionadas ao usuário pode delimitar novos modos de conduta na sociedade. Empresas, por exemplo, já buscam os perfis de candidatos, procurando entender a postura e valores pessoais de quem pretendem contratar (SANTOS, 2014, p. 01).

Entretanto, compreende-se que há uma relação incontestável entre a vida real e a online. É visível que os vínculos criados nas teias das redes ressoam de/em ações negativas e/ou positivas na vida real, como exemplo do excerto acima, presencial, dos sujeitos e vice-versa. Essa afirmação ressalta em como as redes fazem o papel de reprodução da vida fora das tecnologias. Isso é justificado, também, pela incessante necessidade que as pessoas sentem em exporem, no Facebook, por exemplo, “o que estão pensando” - algo estimulado por um dos mecanismos de interação da própria plataforma. Dessa forma, a vida dos usuários da rede é exposta, assim como suas percepções, estimulando novas ramificações comunicativas e ideológico-culturais.

Entretanto, mesmo com a existência dessas potencialidades advindas das redes sociais, da internet, sobretudo, dos discursos de ódio produzidos, tendo em vista o modo como tais aspectos estão pautadas na formação integral dos sujeitos, da educação.

### 3. EDUCAÇÃO E A FORMAÇÃO HUMANA

O respeito à diversidade é identificado, atualmente, como um dos valores mais importantes para a formação humana, para a educação das pessoas. As questões condizentes à desigualdade social têm sido pauta em diversos debates na contemporaneidade, tendo em vista as constates modificações que a sociedade vivencia e o modo como estas são lidas pelas pessoas. Essas dimensões, que se relacionam à diversidade, fazem parte da construção da identidade de sujeitos singulares e que, em alguns casos, são classificados enquanto minorias.

Entende-se que a diversidade, nesse sentido, tem sua visibilidade quando se pensa no multiculturalismo, visto em alguns países, como no Brasil, como um problema para a confirmação da “unidade nacional”, a qual deveria ser constituída a partir de alianças de determinados grupos tidos como minoritários ou culturalmente dominados pelas organizações políticas que têm controle dos direitos humanos e civis que estes grupos devem possuir. Logo, o multiculturalismo, nessas reflexões, passa a ser visto como uma forma de luta contra todos os tipos de preconceito e discriminação que geram a exclusão social.

As questões em torno do multiculturalismo não são consensuais, no que tange à origem, polissemia do termo e diferentes abordagens teóricas que esse vem assumindo no decorrer da história. Isso tem implicações nas concepções acerca de diversidade e identidade. Existem três formas tradicionais – e presentes nos documentos – pelas quais a diversidade tem sido anunciada, e essas versões discursivas acabam por fundamentar posturas e práticas entre os profissionais da educação, como expressão de seu modo de situar-se diante das relações entre a educação escolar e as culturas. Essas formas são: a postura assimilacionista – o outro como fonte de todo mal, como alguém a ser integrado na cultura hegemônica; a postura radical – o outro como sujeito pleno de um grupo cultural, que gera uma visão essencialista da formação das identidades; e a postura acrítica e relativista – o outro como alguém a tolerar (SCHUCHTER; CARVALHO, 2016, p. 522).

As três versões apresentadas têm uma leitura comum, todos os grupos que pertencem a uma cultura que seja considera diferentes das padronizadas, de culturas externas, são inseridos na cultura dominante, a que rege as ações e atividades dos sujeitos, fazendo-as parte dela. Estas, quando “fundidas”, negam qualquer tipo de contribuição da cultura das pessoas dominadas, haja vista que suas especificidades não são consideradas como fornecedoras de dimensões positivas, tampouco valorizadas.

Ao refletir sobre essa “compilação positiva” de culturas, vê-se que essa consolidação de um mosaico rico de culturas, despreza o interior de características que poderiam contribuir para as extensões da diversidade social. Procura-se, portanto, ao não permitir as manifestações e ao reprimir as pessoas, seus gostos, crenças e opiniões, silenciar toda e qualquer influência que venha de grupos vistos como “marginalizados”, não permitindo que suas características sejam incorporadas nas atividades sociais.

Logo, algumas pessoas, ao pensarem na diversidade existente na sociedade, têm a intenção de compreender essas peculiaridades, embora as práticas ideológicas que norteiam sua formação humana e cidadã sejam contrárias, através de atividades que alimentem uma ilusão do tratamento igualitário ou que reconheça os aspectos deficitários vivenciados atualmente. Nesse sentido, a formulação e a implementação de políticas públicas voltadas à valorização do multiculturalismo revelam-se uma necessidade, pois

o reconhecimento das várias identidades e/ou culturas é atravessado pela questão da tolerância, tão em voga, já que pedir tolerância ainda significa manter intactas as hierarquias do que é considerado hegemônico. Além disso, a diversidade é a palavra-chave da possibilidade de ampliar o campo do capital, que penetra cada vez mais em subjetividades antes intactas (RODRIGUES, ABRAMOWICZII, 2013, p. 18).

Diante disso, a identificação e respeito à diversidade é algo compreendido por algumas pessoas, em sua maioria pertencentes às classes sociais prestigiadas, como o ato de tolerar o outro e as suas “diferenciações”. A convivência e o respeito harmonioso, etapa fundamental da formação cidadã de sujeitos que compreendem e reconhecem a diversidade como parte essencial do desenvolvimento da sociedade, são, no que tange à tolerância, modos de “enformar” a homogeneidade.

Esse entendimento, por consequência, envolve relações de diversas instâncias sociais que interpelam o sujeito silenciosamente, tais como: políticas públicas, culturas, ideologias, família, igreja, etc. Logo, esses aparelhos contribuem para a leitura de questões que tangem à raça, etnia, cor, classe social, gênero, etc, e que são manifestadas no âmbito social, na academia, em atividades profissionais e familiares. Contudo, essas relações sociais que reiteram a intolerância, o preconceito e o surgimento de estereótipos, são, antes de qualquer coisa, a ausência do respeito à diversidade.

A diferença está aí, sempre esteve, para quem teve olhos pra ver. Ela não é nenhuma novidade. E não está reconhecida, respeitada, tolerada. Tudo isso implica em tentar apagar a diferença, não vivê-la, de fato, convivendo, compartilhando a vida com as diferenças que nos rodeiam. A questão é que estamos colonizados pela filosofia da representação e, em seu contexto, percebemos a diferença em relação ao mesmo e não em relação a si mesma. A lógica da representação é centrada no princípio da identidade, que afirma que uma coisa é idêntica a si mesma ( $A=A$ ) e diferente do seu outro ( $A\neq B$ ). A diferença é pensada, portanto, sempre em relação à identidade [...]. Para dizer de outra maneira, pensamos a diferença sempre em relação à algo, nunca a diferença pela diferença, ou a diferença em si mesma. Neste referencial, a diferença não é, de fato, diferença, mas simples variação. Variação do mesmo. Por isso está contida no mesmo. E pode ser respeitada, tolerada, reconhecida, porque não sai do contexto, porque não causa estrago, porque apenas confirma a norma. Seja ou não trazida para dentro da norma, ela é a confirmação da regra (GALLO, 2014, p. 186).

Nessa perspectiva, infere-se que a concepção de construção de uma democracia e de políticas públicas que tenham compromisso com a justiça e com o ser humano não é somente a elaboração de ações que reconheçam os valores intrínsecos da diversidade, mas, acima disso, que reconheçam as possibilidades de relação existentes entre as diversidades. Assim, ao haver a aproximação entre essas singularidades, o conhecimento sensível e recíproco das especificidades do outro, haverá o diálogo, a reflexão e o respeito.

Dissertar sobre essa singularidade existente na sociedade é, ainda, compreender a presença no multiculturalismo nas atividades de constituição humana. O debate acerca do multiculturalismo surgiu a partir de reivindicações de diversos grupos sociais, aqueles deixados à margem das questões sociais, as minorias. Os questionamentos trazidos por esses grupos, que apresentavam a problemática da unilateralidade da padronização social, contribuíram para a luta em prol de seus direitos. Assim, o termo multiculturalismo gira em torno de assuntos que envolvem a diversidade de classe, raça, etnia, religião, sexualidade, etc.

Nesse sentido, ao haver a relação entre singularidades, entre o multiculturalismo, ter-se-á a realização da prática do respeito entre as pessoas e suas especificidades. Com isso, o controle exercido pelos centros de poder que monitoram as atividades dos cidadãos, rotulando-os enquanto corretas ou não, será repensado através de atividades individuais que contribuirão com o coletivo. Uma possibilidade disso é a realização e atividades de leitura, como as apresentadas no terceiro capítulo desta dissertação.

Posturas de reconhecimento, respeito e valorização a diversidades farão com que a diversidade, inclusive a sexual, seja evidenciada e lida como um viés que só tende a desenvolver a sociedade numa perspectiva mais humanizadora em sua pluralidade, valorizando uma perspectiva multiculturalista, necessária também quanto se busca a cidadania. Ainda sob esse viés, o multiculturalismo, lido, neste trabalho, como um fator que pressupõe a democracia, quando se pensa em direitos humanos e formação de sujeitos, é expresso por políticas, nas quais estão as relacionadas às formas de ensino-aprendizagem em todas as etapas formativas, as quais fazem gestão da diversidade e que têm o objetivo de diminuir as desigualdades. Isto é, entende-se o multiculturalismo como uma condição que permite o alcance das melhorias sociais através do reconhecimento das diversidades.

O entrecruzamento das diversidades trará formas de coexistência de culturas, permitindo o hibridismo de discursos, em situações subalternas. Esse diálogo, tão importante para a formação do sujeito, ativará as relações entre as pessoas, permitindo espaços lidos como formativos, em que leituras serão discutidas e tornar-se-ão fontes de transformação, desconstrução e ressignificação da sociedade e das atividades humanas realizadas pelas pessoas. Nesse escopo, no que tange à diversidade, esta é compreendida como

[...] característica da espécie humana: seres humanos são diversos em suas experiências de vida históricas e culturais, são únicos em suas personalidades e são também diversos em suas formas de perceber o mundo. Esta noção nos remete à idéia de diferenças de identidades constitutivas dos seres humanos, das suas organizações sociais, etnias, nacionalidades, gêneros, orientação sexual, religiosidades. Enfim, diversidades de grupos sociais, de identidades do ser social em sua singularidade que se constituem em espaços, em ambientes, em tempos históricos com características diversas (BAVARECO; TACCA, 2016, p. 36 apud SANTA CATARINA, 2014, p. 54).

A diversidade e seu reconhecimento só podem ser compreendidos quando em contato entre sujeitos. Então, vê-se a importância de propiciar a condição de estar na fronteira da diversidade, pensando sobre esta. A sociedade estar-se-á sugerindo e dando voz a momentos de inter-relação de múltiplas visões de mundo e de especificidades quando se permite enxergar a diversidade sob um olhar mais respeitoso e humanizado. Por isso, há necessidade de momentos formativos e atuações em que as particularidades das diversidades não se fundem, nem se excluem, mas projetam um processo de troca e respeito, interagem e fortalecem redes de significação, tornando os sujeitos mais humanos.

É no entrelugar que os sujeitos e suas vozes, refletidas por algumas pessoas como tendenciosas ao “incorreto”, poderão emergir (BHABHA, 1998). Verifica-se essa possibilidade de ter contato com o discurso do outro, uma forma de conceber a multiplicidade e compreendê-la em todas as suas dimensões constitutivas. Assim, as possibilidades discursivas produzidas a partir desse contato com o lugar de fala, com a posição-sujeito do outro, é uma das formas de contribuir para a articulação de leituras que questionem o social, os aparelhos que orientam a sociedade e, como resultado, produzir práticas sociais discursivas que compreendam os constantes aprimoramentos sociais e questionem o que é considerado incorreto, controlado pela heteronormatização.

À vista disso, quando se pensa em formação de sujeitos que necessitam de uma formação humana e cidadã que valorize a diversidade, pressupõe-se que o diálogo é a maneira de potencializá-la, direcionando questionamentos que reflitam em leituras não de distinção, mas sim de conexão e relação. Conceber o mundo e as suas múltiplas diversidades é, dessa forma, a iniciativa para a reflexão do ser humano quanto ao seu agir, fazer, estar e sentir.

É visível a necessidade do diálogo entre sujeitos, culturas, leituras para o entendimento da singularidade que não pode ser reduzida sob perspectivas discriminatórias, que reafirmem a existência do preconceito à diversidade. Dessa forma, as questões que tangem à etnia, sexualidade, religião, etc, precisam ser vistas como um resultado de ações sociais que existem e que são produto da história de determinada cultura.

Logo, reitera-se a importância do respeito nas práticas coletivas e sociais que são resultado da formação humana das pessoas. Assim, a coexistência da diversidade e o respeito dado ao valor intrínseco de cada uma, é fundamental para construção de relações recíprocas que tenham um objetivo em comum, a construção de uma sociedade que valorize e (re)conheça a diversidade e as extensões que as compõem.

O respeito à diversidade, nesse sentido, é concebido enquanto um dos valores mais importantes para a formação humana e cidadã, uma vez que independe de ações tradicionais enraizadas para fortalecer preconceito, mas sim as utiliza para contribuição histórica e as apresenta de forma cidadã, com diálogo e reconhecimento da diversidade que compõe o outro. É imprescindível que essa diversidade seja compreendida enquanto um mosaico que permite o crescimento da sociedade e do ser humano, o agente das atividades humanas e cidadãs.

Pensar no respeito necessário para a convivência e a valorização das diversidades é, portanto, compreender o ser humano constituído por uma autonomia intrínseca que, em determinadas situações, é desvanecida pelos demais, tendo em vista a imposição social e os aparelhos controladores – família, igreja, mídia, política – que interpelam silenciosamente as ações das pessoas. Um silêncio que precisa ser compreendido e questionado para que possa ser possível haver uma sociedade mais humana e cidadã.

Nessa linha de raciocínio, refletindo sobre a visualização da diversidade enquanto fator importante da sociedade e, principalmente, da importância da formação de sujeitos que indaguem e sejam agentes do respeito mútuo, apresentar-se-ão, no próximo capítulo, aportes teórico-críticos e reflexões sobre a diversidade sexual, dissertada em dimensões que englobam as minorias, a constituição do preconceito – estereótipos – e a invisibilidade desses sujeitos na sociedade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para haver o pleno exercício da cidadania e o respeito mútuo, é necessário que as pessoas tenham compreensão e dimensão do respeito aos direitos e deveres do ser humano. Ser cidadão, de fato, começa com a relação que a pessoa tem consigo mesma, a extensão disso é o resultado visualizado na sociedade e nas atividades coletivas. Dessa forma, há a necessidade de formação integral que contemple os princípios básicos dos direitos humanos, que iniciam, também, dentro do âmbito familiar, em que a responsabilidade, o respeito, o coletivo são exemplificados e compreendidos enquanto necessários para uma atividade cidadã consciente.

A educação voltada para a cidadania exige uma formação que promova o respeito à diversidade social e cultural, a solidariedade, a prática da ética da alteridade, etc e, sobretudo, saiba observar como os discursos expressos nas redes sociais não são neutros. Logo, nota-se que é através da educação, entendida como um dos pilares para a

constituição da cidadania, da formação humana, é uma das articuladoras do sujeito com suas transformações sociais, culturais, tecnológicas, etc, que os sujeitos terão uma visão do real significado de cidadania e de suas funções sociais.

Para tanto, há um percurso educacional básico pautado em pelo menos três pilares. O primeiro relaciona-se ao reconhecimento da diversidade (social, étnica, cultural, de gênero) como algo natural da civilização, o que exclui visões pautadas em preconceitos e discriminações que se manifestam tanto em uma perspectiva simbólica, quanto verbal, psicológica e física. Trabalhar a diversidade, no viés múltiplo que a caracteriza, é condição necessária para o início de uma formação cidadã.

O segundo pilar é reconhecer o quanto a violência, o radicalismo, o preconceito, o autoritarismo e as visões patriarcais estão estruturalmente arraigados em sociedades como a brasileira, algo que é fruto do processo histórico, cultural e educacional, mas que precisa ser combatido como forma de ampliação de visões de mundo e construção de outras visões – estas mais plurais, humanas, flexíveis, pautadas em cultura de paz, respeito e humanização. Sem esse olhar para o contexto, compreendendo como ele implica ações do cotidiano de cada um e de todos, é mais difícil o combate de tais práticas.

A prática educação, como ponto culminante e responsável pela consolidação de uma sociedade mais justa, humana e igualitária, é o terceiro pilar. Entende-se aqui uma prática institucional – da família, da escola, do Estado -, mas também informal, das ações cotidianas que levam a aprendizagens, por estímulos, exemplos, situações-problemas e suas soluções. Educar, dentro e fora dos espaços clássicos, é a alternativa fundamental para composição de outras perspectivas de ver o mundo e o outro, considerando dimensões éticas, sociais, culturais, de gênero.

Esses três pilares associam-se diretamente ao tema central deste ensaio: relações de gênero, transexualidade e educação, a partir da abordagem de discursos de ódio em redes sociais. Sem valorização da diversidade sexual e do reconhecimento da sociedade no qual o sujeito se insere, dificilmente haverá um processo educativo exitoso quanto ao combate de um fenômeno que se alastra nos últimos anos (discursos de ódio nas redes sociais direcionados ao trans). Práticas educativas sustentadas em uma perspectiva de educação cidadã, humana e respeitosa necessitam letrar todos quanto a questões que envolvem os direitos de homens e mulheres trans. Isso pressupõe a ressignificação de conceitos e a reestruturação de visões estanques sobre parâmetros de sexualidade sacralizados em sociedades conservadoras como a brasileira e carentes de questionamento, o que pode ser ativado em práticas educativas sustentadas nos pilares indicados.

Por fim, salienta-se que a interpretação e construção de inferências a partir de discursos de ódio publicados na internet é um meio de contribuir para o potencial leitor dos sujeitos e, além disso, propiciar que haja o pleno exercício do letramento. Nesse sentido, entende-se que os enunciados odiosos publicados nas redes sociais, além de não serem

instrumentos neutros de diálogos, são potenciais para, através do seu entendimento e criticidade, ampliem as visões de mundos das pessoas.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, J. J. F. **Como fazer uma pesquisa bibliográfica**. Fortaleza, CE: Universidade Federal do Ceará, 2007.

ANTRA. **Mapa dos assassinatos de Travestis e Transexuais no Brasil em 2017**. Disponível em: <<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2018/02/relatc3b3rio-mapados-assassinatos-2017-antra.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2023.

BABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

BENTO, Berenice. **O que é transexualidade?**. São Paulo: Brasiliense, 2008. Brasília: Letras Livres. EdUnB, 2009.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CLOUTIER, Jean. **A Era do Emerec ou a Comunicação Áudio-scriptovisual na hora dos self-media**. Lisboa: I.T.E, 1975.

COSTA, Ângelo Brandelli; NARDI, Henrique Caetano. Homofobia e Preconceito contra Diversidade Sexual: Debate Conceitual. **Trends in Psychology / Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 23, n. 3, 2015, p. 715-726. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/281781417\\_Homofobia\\_e\\_Preconceito\\_conta\\_Diversidade\\_Sexual\\_Debate\\_Conceitual](https://www.researchgate.net/publication/281781417_Homofobia_e_Preconceito_conta_Diversidade_Sexual_Debate_Conceitual)>. Acesso em: 16 maio 2023.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

ISER, Wolfgang. **O ato da leitura: uma teoria do efeito estético**. v.1 São Paulo: Editora 34, 1996.

PRADO, Marco Aurélio; MACHADO, Frederico Viana. **Preconceito contra homossexualidades: a hierarquia da invisibilidade**. São Paulo, SP: Cortez, 2008. Disponível em: <[https://clinicasdotestemunhosc.weebly.com/uploads/6/0/0/8/60089183/aula\\_5-preconceito\\_contra\\_homossexualidades.pdf](https://clinicasdotestemunhosc.weebly.com/uploads/6/0/0/8/60089183/aula_5-preconceito_contra_homossexualidades.pdf)> . Acesso em: 20 abr. 2023.



RODRIGUES, Aroldo. Preconceito, Estereótipos e Discriminação. *Psicologia Social*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 149-178.

SALES, Dimitri Nascimento. Direito à visibilidade: direito humano da população. GLBTT. In: PIOVESAN, Flávia; IKAWA, Daniela (Coord.). **Direitos humanos: fundamento, proteção e implementação – perspectivas e desafios contemporâneos**. Curitiba: Juruá, 2007.

SCHUCHTER, Terezinha Maria; CARVALHO; Janete Magalhães. **Problematizando os conceitos de diversidade e identidade**: os documentos da secadi e as implicações para o currículo. 2016. Disponível em:  
<<http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/viewFile/rec.v9i3.31690/16910>>  
Acesso em: 20 maio 2023.

TOURAINÉ, Alain. **O que é a democracia?** Petrópolis: Vozes, 1996.

\*Licenciada em Letras - Língua Portuguesa pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI/FW (2017), Mestra em Letras - área de concentração em Literatura Comparada - URI/FW (2018), Doutoranda em Educação pela mesma Instituição e Pós-graduanda em Sexualidade Humana pelo Centro Universitário Celso Lisboa (CBI of Miami). Atua como professora de Língua Portuguesa, Literatura e Redação na Rede ICM de Educação e Assistência Social e na Rede Pública de Ensino do Rio Grande do Sul. Atualmente suas pesquisas estão vinculadas às temáticas de formação de leitores, estudos de gênero, redes sociais e educação. E-mail: [elisangelabertolotti@gmail.com](mailto:elisangelabertolotti@gmail.com)

\*\*Possui graduação em Letras - Língua Portuguesa (2002) e Letras - Espanhol (2020) pela Universidade Federal de Santa Maria, Especialização em Educação a Distância pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2012), Mestrado em Letras (2005) e Doutorado em Letras (2011) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na área de Literatura Brasileira. Realizou estágio de Pós-doutorado sobre literatura angolana lusófona (2013) na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Atua desde 2005 como professora do ensino superior e atualmente é professora dos Programas de Pós-graduação Stricto Sensu em Letras e em Educação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI, câmpus de Frederico Westphalen. Exerce a função de Coordenação do Programa de Mestrado em Letras da URI. Realiza pesquisa na área de Letras, com ênfase nos Estudos Literários e formação de professores, atuando principalmente nos seguintes temas: formação de leitores e ensino de literatura; narrativas de língua portuguesa contemporâneas; formação de professores e tecnologias, mídias e ensino. Resultados de suas pesquisas são publicados em revistas especializadas e livros. Atua como editora-chefe da Revista de Ciências Humanas e é membro da equipe editorial da Revista Literatura em Debate, Revista Língua & Literatura, Revista Recorte, Memento, além avaliadora de artigos para outras revistas científicas nas áreas de Letras e Educação. Integra o banco de avaliadores da Educação Superior do INEP/MEC. E-mail: [anapaulateixeiraporto@gmail.com](mailto:anapaulateixeiraporto@gmail.com) [anapaula@uri.edu.br](mailto:anapaula@uri.edu.br)